



## DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas, no uso de suas atribuições, com base no art. 4º, inciso VII da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 51, seu §1º, inciso I, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi INDEFERIDO.

Denominação da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : LUCAS CARVALHO DE OLIVEIRA  
CNPJ/CPF : 072.742.776-85  
Denominação do empreendimento para fins do licenciamento : LUCAS CARVALHO DE OLIVEIRA  
Endereço da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : Sítio SÃO LUCAS Nº KM 10 Alterosa - MG  
Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:  
Alterosa (LAT) -21.2894, (LONG) -46.1339  
Fator locacional resultante : 0  
Classe predominante resultante : 2  
Modalidade de licenciamento : LAS RAS  
Processo Administrativo Licenciamento : 1237/2020

### Motivo da decisão:

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) sugere-se o INDEFERIMENTO da solicitação da Licença Ambiental Simplificada - LAS ao LUCAS CARVALHO DE OLIVEIRA, para as atividades de: "Suinocultura" e "D-01-13-9 Formulação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais", no município de Alterosa, por insuficiência técnica.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Varginha, 08/04/2020.

Documento assinado eletronicamente por CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ, Superintendente, em 08/04/2020 10:16 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018.